

**INTERLOCUÇÕES EM EDUCAÇÃO, GEOGRAFIA, POBREZA E  
DESIGUALDADE SOCIAL: MELGAÇO, PORÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO  
AMAZÔNICO**

Marilene Loureiro da SILVA<sup>1</sup>  
Mílvio da Silva RIBEIRO<sup>2</sup>  
Rosemildo Santos LIMA<sup>3</sup>

131

**Resumo**

O presente artigo tem como propósito apresentar discussões que relacionam espaço geográfico, educação, pobreza e desigualdade social em contextos e cenários empobrecidos da Amazônia paraense. Objetiva-se realizar uma incursão sobre o município de Melgaço-Pa, construindo análise a crítica acerca das velhas e moralizantes perspectivas teóricas que revelam formas de leitura da pobreza no espaço geográfico. Discutem-se os contrastes existentes nos rincões amazônicos, esboçando-se ideias acerca da compreensão do espaço e da educação, a partir da apresentação de como os dados de educação do município são construídos, e conclui-se pela discussão acerca de como o município de Melgaço expressa as relações entre pobreza, exclusão social e cidadania.

**Palavras-chave:** Espaço Geográfico. Pobreza. Educação. Desigualdade social.

**Abstract**

The purpose of this article is to conduct a dialogue that relates geographic space, education, poverty and social inequality. We try to make a foray into the municipality of Melgaço-Pa, criticizing the old and moralizing ways of reading poverty in the geographical space. We look briefly at the contrasts in the Amazonian corners, sketching ideas from the understanding of space in the field of education, and how Melgaço expresses exclusion. Finally, we present how the education data of the municipality are constructed.

**Keywords:** Geographic Space. Melgaço. Poverty. Education. Social inequality.

**INTRODUÇÃO**

Propõem-se nesse apresentar discussões pertinentes à ideia de espaço geográfico na Amazônia paraense, a partir de trabalhos realizados no campo do ensino e da pesquisa no âmbito da Iniciativa Educação Pobreza e Desigualdade Social, uma experiência em desenvolvimento pelo Ministério da Educação junto a 15 universidades brasileiras, dentre essas a UFPA, que reúne um curso de Pós-graduação (lato senso) em Educação Pobreza e Desigualdade Social (EPDS/GEAM/UFPA), e um projeto de pesquisa sobre a referida temática, realizados pelo Grupo de Estudos em Educação, Cultura e Meio Ambiente/GEAM/UFPA. No Pará, tanto o curso, quanto a pesquisa são desenvolvidos em

<sup>1</sup> Docente da UFPA, E-mail: [marilenaloureiro@yahoo.com.br](mailto:marilenaloureiro@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Mestre em Geografia, professor da rede pública de ensino. E-mail: [milviosr@hotmail.com](mailto:milviosr@hotmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em Geografia, professor da rede pública de ensino. E-mail: [Santoslima28@hotmail.com](mailto:Santoslima28@hotmail.com)

oito municípios: Belém, Castanhal, Abaetetuba, Marabá, Altamira, Santarém, Itaituba, e Melgaço.

Para o desenvolvimento de nossas análises, partimos da compreensão de que o espaço vivido é uma construção do homem por meio do trabalho no contato deste com a natureza produzindo transformação na paisagem, compondo-a de elementos fixos e de fluxos, isto é, a forma e o conteúdo que está nela, (SANTOS, 2009).

Nossas observações fazem menção à maneira como se configura o espaço geográfico nos rincões da Amazônia Paraense, com destaque para uma análise do município de Melgaço-PA, tentando olhar para as configurações, dinâmicas e contradições deste município.

As configurações do território do Município de Melgaço-PA nos levam a concordar com Santos, (2011, p. 19) que “num sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país”. Neste sentido, aplica-se aqui ao município de Melgaço essa compreensão, assim passamos a descrevê-lo como um município do estado do Pará, localizado à mesorregião do arquipélago Marajoara e a microregião do município de Portel, a uma latitude 1° 48' 6" Sul e a uma longitude 50° 42' 44" Oeste, estando a 12 metros de altitude. Sua área territorial segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 6.774 km<sup>2</sup>, tem uma população de 26.133 habitantes, com densidade demográfica de 3,7 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

A construção deste artigo se encontra estruturada em três sessões: Melgaço: interlocuções do espaço geográfico, seu modo de vida e pobreza; Contribuição à compreensão do espaço a partir da educação: Reconhecer que a pobreza e as desigualdades existem; O espaço geográfico de Melgaço-PA, olhares sobre o IDHM e Educação; Melgaço, um espaço que expressa exclusão?

## **MELGAÇO: INTERLOCUÇÕES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO, SEU MODO DE VIDA E POBREZA**

Nossas idas à Melgaço permitiu-nos um olhar na vastidão dos rios, das ilhas, pautados especialmente, na moldura das paisagens, dadas pela força da natureza que, refletem um espaço do tempo lento (SANTOS, 2009).

**Figura 1:** A orla da pequena cidade amazônica, Melgaço-PA.



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

A relação da cidade com a natureza nos esclarece que, mesmo adicionado um instrumento técnico, a canoa e com pequeno motor a explosão<sup>4</sup>, ainda sim o tempo não consegue passar a intercessão entre a velocidade da modernidade e o anacronismo dos rincões amazônicos. Registram-se algumas dessas embarcações ancoradas no trapiche principal da cidade de Melgaço-PA. Por meio desse instrumento ocorre uma das primeiras relações das comunidades ribeirinhas, no espaço geográfico, em que retiram dos rios e das florestas os alimentos, para o sustento do dia a dia.

**Figura 2:** espaço de reprodução da vida às margens do rio



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

**Figura 1:** Canoas de madeira com motores, rabetas



São essas relações que, em parte, denotam o modo de vida da Amazônia ribeirinha. Notemos as moradias às margens e seu principal meio de transporte. Os fatores naturais foram somados às habilidades humanas, ligadas à pesca, à agricultura, ao bom aproveitamento dos recursos oferecidos pela natureza e à superação das adversidades também impostas por essa mesma natureza. Junta-se também a destreza e a capacidade dos amazônidas, que geraram

<sup>4</sup> O conjunto, a canoa e o motor, se chama de rabetá.

modos de vidas bastante diversificados, sejam eles rurais ou urbanos ou ainda um espaço com duas feições bastante imbricadas e dialéticas, como o são muitas cidades ribeirinhas da Amazônia, tal qual Melgaço.

Assim, existiriam vários fatores que interfeririam no modo de vida dos povos, tais quais os avanços técnicos, as mudanças nas relações econômicas e os contatos entre culturas, que ressoariam diretamente nas populações e na maneira como estas modificam e são modificadas pelo meio. “O homem faz parte deste encadeamento; e nas suas relações com o que o rodeia, ele é, ao mesmo tempo, ativo e passivo, sem que seja fácil determinar, na maior parte dos casos, até que ponto será uma ou outra coisa” (LA BLACHE, 1954, p. 147-148). Essa compreensão de espaço remete-nos a vislumbrar que se está diante de um modo de vida específico das comunidades da floresta e dos rios.

Nesse sentido, de Melgaço, diz-se que é uma das cidades do Pará na qual a sociedade institucionalmente constituída com o poder político, tem desafios diversos, um deles, é como sair do rol de município de mais baixo (IDH) do Brasil. Está-se diante, de uma das maiores responsabilidades de promoção de desenvolvimento econômico e social a esse espaço.

Nessa primeira incursão, já se nota que estamos diante de um espaço geográfico produto do modo de vida, na lógica da pesca no rio, nos seus paranás miris e em seus furos e lagos, locais onde se extraem o peixe, no uso o casco ou a rabeta, o remo, a malhadeira, o caniço, o isopor e o gelo<sup>5</sup>; outra lógica importante como representativa do modo de vida é o uso do rio no município especialmente, com pequenas embarcações para transporte dos ribeirinhos de seus lugares à sede do município, daí por meio de lanchas que os levam a outros municípios, especialmente Breves-Pa.

A dinâmica econômica é produzida a partir da Extração Vegetal que é frágil. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados de 2015, mostram a extração vegetal.

---

<sup>5</sup> Usa-se gelo e isopor, pois sempre os pescadores vão longe e ao pegar o peixe ainda seco da noite ou do dia precisam conservar o peixe, assim, substitui-se o uso do sal.

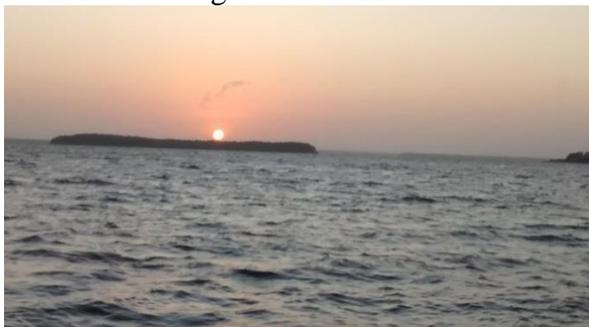
Produção econômica a partir da Extração Vegetal, 2015	Toneladas	Valor em R\$ (mil)
Açaí - fruto - quantidade produzida	47	165
Castanha-do-pará - quantidade produzida	8	9
Palmito - quantidade produzida	8	32
Carvão vegetal - quantidade produzida 4	119	345
Madeiras - lenha - quantidade produzida	17000	3315
Oleaginosos - pequi - amêndoa - quantidade produzida	22	66

Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2

Foram exploradas informações da economia do município, intentando encontrar dados sobre a produção econômica do local, além de outros que pudessem caracterizar efetivamente o espaço geográfico de Melgaço, com a problemática da extração vegetal, porém, os dados, são poucos, o que nos faz inferir que diante da vastidão das águas da Amazônia Marajoara, está mais evidenciada a desigualdade social das gentes que ali habitam, de tal modo que, já se tem como problemática a questão central da pobreza, a falta de alternativa para a reprodução das condições materiais de existência da população pobre.

No entanto, é a riqueza natural que denuncia que não existem apenas problemas a serem resolvidos. As imagens registram o nascer do sol que favorece um dos mais belos alvorecer do dia, e ainda a casa e a igreja entre as palmeiras nas margens do rio, de onde se pode contemplar a calma, o silêncio, o que pode ser percebido como potencial de riqueza assentada na vocação ecológica daquela região em situação de profundo contraste com a pobreza que assola as populações locais. Isso tudo compõe o espaço geográfico, ainda que a análise mais específica nos leve a uma interpretação eminentemente de paisagem em geografia. Sem dúvida é espaço construído pelas comunidades dos rios e das florestas.

**Figura 3:** O pôr do sol, expressão natural na imensidão das águas amazônicas



Fonte: Arquivo pessoal, 2015

**Figura 4:** Expressões de espaço geográfico da Amazônia



Nessa perspectiva, a partir de reflexões apresentadas por pesquisadores da Amazônia entende-se a partir de Fraxe, et. al (2009, p. 2.) que o espaço geográfico dessa região ainda (re)conhecida internacionalmente por suas paisagens exuberantes e continentais, “nas quais o homem configura como parte indissociável, quase imobilizado no âmago da natureza, como se fosse possível a existência no mundo contemporâneo de uma natureza intocada”. Neste processo, a geografia das populações na Amazônia é marcada por silêncios e ausências que acentuam a sua relativa invisibilidade e velam os traços configurativos da sua identidade. Desse modo, adentrar o universo identitário dos povos amazônicos implica considerar um mundo de ambiguidades, trata-se de percorrer caminhos que se cruzam e se contrapõem, mascaram diferenciações sociais que têm entravado processos de emancipação social e política.

As incursões até aqui mencionadas entre espaço geográfico, educação e desigualdade social nos encaminham a perguntar o que a educação tem a contribuir com boas perspectivas em minimizar a pobreza que aporta nessa espaço amazônico? A seguir compreensões do espaço geográfico a partir das ideias da educação como contribuição de análise.

### **CONTRIBUIÇÃO À COMPREENSÃO DO ESPAÇO A PARTIR DA EDUCAÇÃO**

Admitimos que se constitua a compreensão de espaço geográfico pelo encontro de questões políticas, econômicas e sociais. Nessa perspectiva, está a produção de formas e conteúdos nas porções do espaço geográfico que expressam em essência a pobreza e as desigualdades sociais espalhadas, e sem precedentes, como se ninguém fosse responsável pelos sujeitos pobres e desvalidos, sobre tudo, de uma educação cidadã<sup>6</sup> que possa diminuir as desigualdades sociais. Por esse viés, o que poderíamos fazer, como educadores, sobre as relações entre educação, pobreza e desigualdade social para os nossos trabalhos? Por onde começar? Em primeiro plano, iniciamos pela admissão de que a pobreza e as desigualdades existem. E que ocupam lugar de destaque no espaço geográfico amazônico.

O Estado, com a política institucional baliza o que é pobre e porque o é. Tem-se como exemplo o governo do estado do Pará, por meio Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Pará (Pará Rural), em seu Módulo de Operação do volume I (2009)

---

<sup>6</sup> Educação que ensine a pensar, a fazer, a conviver, a viver juntos, bem como permita outras possibilidades de produção da vida.

que a ideia de desenvolvimento surge com objetivo de: incrementar a renda de famílias rurais pobres, e para tal considerou abaixo da linha de pobreza, renda equivalente a R\$ 5.580,00 p/a. Isto é, as mesmas leituras de pobre como se fosse possível lê-lo e entende-lo apenas pela cifra de real (R\$). Esquecendo-se de que a pobreza no espaço geográfico vai além dessa ideia. Há outros elementos que permitirão ao estado debruçar olhar, sejam: endereço, moradia, cor, raça, sexo, idade, estrutura familiar, saúde e especialmente a educação que recebem. Esses são elementos que exigem cuidados primorosos.

Ribeiro (2015, p. 32) ao analisar o Programa Pará rural, faz a crítica ao Programa que apenas lê o pobre pela cifra da moeda corrente do país, assim, é antes de tudo, somente, uso da ideia de desenvolvimento mais como “artifício ideológico, implicação de um poder discursivo ou esperança de superação de problemas como a pobreza e a desigualdade, deve-se destacar sua resiliência diante das tentativas de desconstrução”.

Veja, então, que reconhecer a pobreza e as desigualdades, fundamentalmente, significa levar em conta que a existência persistente dos pobres nas escolas brasileiras traz reflexões importantes para as práticas pedagógicas e para a gestão educacional. Assim, é necessário não apenas saber que as escolas estão repletas de meninos e meninas pobres, mas, muito mais do que isso, é preciso também questionar quais exigências essas vivências da pobreza, da precariedade material extrema, demandam de nossas práticas. (Miguel G. Arroyo, S/D)

A seguir uma percepção analógica entre duas figuras distintas do ponto de vista da localização, mas de proximidade do ponto de vista da pobreza. Em ambas se assiste o distanciamento de qualidade de vida. Vejamos:

**Figura 5:** A casa de palafita. Residência? Ilha do Marajó-PA



Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

**Figura 6:** Retirantes, um dos painéis da série de mesmo nome, de Cândido Portinari (1944).



Fonte: fonte <http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/2733>

Na imagem, as margens do rio na Amazônia, temos a percepção das imagens dos insistentes (que poderemos chamar de resilientes), gentes que, se apropriam apenas das habilidades que lhe são peculiares, vivendo do extrativismo da floresta e dos rios. Na figura Retirantes de Portinari, se configuram os espaços nascidos das visões dele ainda menino. Em que, assistia da janela de sua casa ao vai e vem das sofridas famílias que fugiam da seca do Nordeste à procura de trabalho. Eram famílias inteiras em estado de grande pobreza, imagens que marcaram a vida do menino e do pintor. Sensível, denunciou, através do pincel a degradação de uma parcela significativa de homens e mulheres, brasileiros trabalhadores e sofrendores. Através de sua obra, o artista consegue com uma abrangente visão crítica, fazer um documento visual da nossa realidade.

Nessa interpretação de Portinari da realidade brasileira do nordeste, compreendemos que as questões sociais, políticas e econômicas do país ainda são analisadas de forma separadas, expressando-se um quadro de pobreza e desigualdades cada vez mais de retirantes da seca. Em analogia<sup>7</sup> a Amazônia paraense, em alguma porção, agora se é necessário retirar das matas (florestas), dos rios, de lugares ainda ditos naturais, mas escassos de produtos naturais que dão ou davam condição de existência às pessoas da floresta.

Diante de uma expressividade, ora serena e grave, ora desesperada e excessiva a pobreza é vista como uma problemática que se encaminha para o seu necessário reconhecimento, e da desigualdade não apenas do saber que elas existem, mas do conhecer que elas existem com familiaridade, para de início, darmos uma nova feição acentuadamente geográfica e educacional esboçando as novas possibilidades de interpretar a pobreza pela educação não apenas apresentando quadros sociais, mas apontando caminhos para possíveis soluções desse problema.

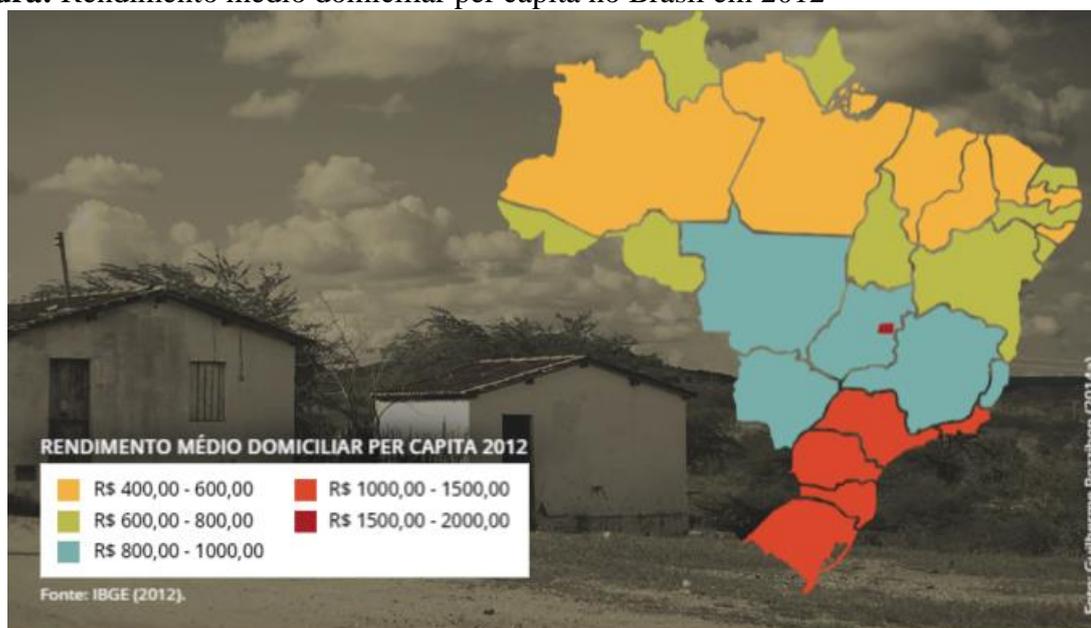
Parece-nos que, o (des)envolvimento socioeconômico dos povos da floresta na políticas públicas só tem recebido atenção de formulações profundamente à distancia.

O quadro da pobreza no Brasil é lido da seguinte forma:

---

<sup>7</sup> Quando mencionamos analogias entre “Os retirantes do nordeste” e retirar os ribeirinhos de Melgaço de suas péssimas condições de vida “retirar dos matos as pessoas das margens dos rios”, nosso retirar, não é propor migração para outros os espaços, estamos entendendo isso do ponto de vista das desigualdades existentes em outras regiões do país. No caso, de Melgaço, estamos interpretando a retirada não como processo de migração, mas de haver uma forma de proposição de minimizar a pobreza nesse espaço.

**Figura:** Rendimento médio domiciliar per capita no Brasil em 2012



Fonte: <http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/capitulo1.html>

Persiste a leitura sobre a pobreza pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela cifra de real, nesse caso pela renda per capita da família. Com destaque na imagem para a região norte e para o nordeste, com rendas per capitas baixíssimas. Notemos a localização, tanto no sentido da região do Brasil, onde se verifica a questão da pobreza, mais especificamente do lugar. Por exemplo, em Melgaço-Pa, com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, o que demanda atenção especial, o endereço geográfico que é a Amazônia. Estamos num cenário contrastante, como nos dizem Ribeiro; Lima (2016) riqueza e pobreza como contraste e produto de “desenvolvimento” na Amazônia paraense, com uma alusão a duas facetas que representam o contraste, da riqueza que a sociedade é dona e ao mesmo tempo da qual não tem a posse, reside o (des)envolvimento de parte da sociedade com seu meio ambiente natural, em detrimento, da vasta riqueza que alguns se intitulam, essencialmente o Estado consorciado com o capital.

A educação, a escola quando não reconhece o que é pobreza, desconhece, e, esta é a visão que prevalece na cultura escolar, pedagógica e docente. Devemos nos perguntar sobre uma visão moralista que persiste e, então, indagar-nos sobre o porquê de se reduzir a pobreza a uma questão moral, de valores, atitudes e hábitos (ARROYO, S/D).

Compreendamos que é uma visão moralista: é aquela visão de pobreza que ignora, secundariza a visão da pobreza como escassez material, privação das condições mais básicas para viver de forma justa e digna, como ser humano.

Será que, conforme questiona Butler (2007), os corpos não importam? Esses corpos precarizados pela pobreza não interferem no processo educativo (ARROYO, 2012)? Por que a pedagogia e a docência resistem a dar a centralidade devida às bases materiais do viver, do pensar, do ser sujeito intelectual e moral?. (ARROYO, S/D).

Ver e pensar essa geografia vai além da discussão meramente geográfica da ciência, mas exige uma transposição didática que incida no cerne da questão pobreza, maneira esta a ser praticada com os corpos precarizados pela pobreza a fim de superar a pedra no meio do caminho como nos inspira Carlos Drummond de Andrade em seu poema “No meio do caminho...”. Seria uma possibilidade de passarmos por cima dos obstáculos, e não para nos aprisionarmos neles. O problema desse enfoque é que, se os(as) pobres são vistos(as) como carentes e inferiores em capacidades de atenção, esforço, aprendizagem e valores, acabam sendo responsabilizados(as) por sua própria condição. E isso é moralizar a pobreza como algo natural. São, desse modo, constantemente inferiorizados(as), reprovados(as) e segregados(as). E, por conseguinte, se constitui um espaço da insensibilidade dessa visão reducionista, espiritualista e moralista sobre os(as) pobres que leva a pedagogia a ignorar os efeitos desumanizadores da vida na pobreza material, ou da falta de garantia de cobrir as necessidades básicas da vida como seres humanos.

Observemos a figura a seguir como um exemplo crítico da pobreza

**Figura 7:** Tirinha do cartunista argentino Quino, criador da Mafalda. QUINO. criador da Mafalda.



Fonte: Módulo Introdutório da EPDS (QUINO.Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 1992).

Eis um exemplo de que nos remete a seguinte questão: A pobreza, uma questão moral?

De certo é, pela centralidade devida ao olhar às carências materiais da pobreza, que reduz a uma questão moral, à falta de valores, a mentalidades primitivas em relação ao trabalho. Com base nessa visão, os(as) pobres estariam desempregados(as) porque seriam indolentes. É principalmente dessa forma que esses sujeitos têm sido pensados em nossa cultura social: responsáveis por sua pobreza e desemprego (ARROYO, S/D).

E sem a pretensão de encerrar essa perspectiva de discussão nessa sessão, e sim, nosso objetivo é fazer uma provocação do tema da pobreza no espaço geográfico como sendo preocupação da geografia, encerramos com o fragmento de José de Castro sobre a pobreza da fome, diz ele:

Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome. Mesmo nosso continente, chamado o da abundância e simbolizado até hoje nas lendas do Eldorado, sofre intensamente o flagelo da fome. E, se os estragos desse flagelo na América não são tão dramáticos como sempre foram no Extremo Oriente, nem tão espetaculares como se apresentaram nos últimos anos na Europa, nem por isso são menos trágicos, visto que, entre nós, esses estragos se fazem sentir mais sorrateiramente, minando a nossa riqueza humana numa persistente ação destruidora, geração após geração.

É preciso que se confesse corajosamente que a terra da promessa, para a qual foram atraídos, só no século passado, cem milhões de imigrantes europeus, que procuravam fugir às garras da pobreza, também é uma terra onde se passa fome, onde se vive lutando contra a fome, onde milhões de indivíduos morrem de fome. (CASTRO, José, 1984, p. 48)

Mas, afinal, o que significa esse reconhecimento?

Alguém duvida da existência da pobreza?

## O ESPAÇO GEOGRÁFICO DE MELGAÇO-PA, OLHARES SOBRE O IDHM E EDUCAÇÃO

Algumas questões interessantes nessa porção do espaço geográfico paraense, dados do Atlasbrasil (2013) indicam o município no último lugar no ranking IDHM - Municípios 2010. Veja-se na tabela a seguir:

Ranking IDHM 2010	Município	IDHM 2010	IDHM Renda 010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação
5565º no Brasil	Melgaço-PA	0,418	0,454	0,776	0,207
143º no Pará	Melgaço (PA)	0,418	0.454	0.776	0.207

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (Com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010.)

Os números são assustadores. Não resta dúvida que se está diante de uma situação profundamente difícil de solução, haja vista que, sair dessa posição, não depende do

município apenas, mas de desdobramentos de políticas sociais, em nível de todo Brasil, a atingir positivamente Melgaço. Nesse sentido, como mudar os índices de Melgaço.

Notemos Melgaço a partir de alguns números

**Estrutura Etária da População - Município - Melgaço – PA**

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	7.726	53,14	10.591	50,28	10.968	44,21
15 a 64 anos	6.295	43,30	9.838	46,71	13.192	53,18
População de 65 anos ou mais	517	3,56	635	3,01	648	2,61
Razão de dependência	130,95	-	114,11	-	88,05	-
Taxa de envelhecimento	3,56	-	3,01	-	2,61	-

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 58,68%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 35,83%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 6,89%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 5,63%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 51,05 pontos percentuais, 33,95 pontos percentuais, 5,98 pontos percentuais e 4,99 pontos percentuais.

Analisando a renda per capita do município de Melgaço-PA, nota-se que em duas décadas, em vez de ocorrer uma desaceleração da pobreza e um avanço na construção da renda em Melgaço, o município chegou ao pior lugar em termos IDHM. Dessa percepção que se têm, o espaço geográfico que é produto do trabalho humano, se faz com os elementos preenchidos de conteúdos das evoluções das técnicas. A seguir um quadro que compreende renda, pobreza e desigualdade.

**Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Melgaço – PA**

	Anos de verificações	1991	2000	2010
<b>Renda per capita (em R\$)</b>		110,92	100,22	135,21
<b>% de extremamente pobres</b>		42,19	48,70	43,92
<b>% de pobres</b>		81,49	78,64	73,43
<b>Índice de Gini<sup>8</sup></b>		0,48	0,46	0,55

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

<sup>8</sup> É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar

Conforme o Atlas Brasil (2010) em termos de espacialidades lendo %(percentual) de pobres em 2010, a espacialidade de Melgaço é de 73,43%; no Pará essa espacialidade é de 32,33% enquanto que no Brasil a Espacialidade de pobreza é de 15,20%. Em conformidade com o Atlas Brasil (2010), a proporção dos indicadores com a renda per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Quanto ao trabalho, segundo dados do PNUD, 2010, a economicamente ativa ocupada está em torno de 59,7% seguido esse percentual de 14,1%.de população economicamente ativa desocupada, e de população economicamente inativa de 26,2%. No entanto, mesmo com esses dados de 59,7% de PEA ocupada, por que a pobreza é ponto crucial em Melgaço.

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 55,29% em 2000 para 59,72% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 7,46% em 2000 para 14,07% em 2010. Chama-se atenção para o acentuado crescimento expresso na população economicamente desocupada de 2000 para 2010 que quase dobrou. A seguir uma demonstração de como é lido a ocupação da população de 18 anos a cima.

Outra demonstração do quadro geográfico das questões das desigualdades sociais está na questão da habitação de Melgaço. Veja-se,

#### **Indicadores de Habitação - Município - Melgaço – PA**

	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	5,47	11,12	21,93
% da população em domicílios com energia elétrica	17,12	28,64	64,06
% da população em domicílios com coleta de lixo	0,56	51,50	83,13

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Os dados de vulnerabilidade social estão indicados a seguir. Nesse sentido, estamos diante de uma constatação que revela por meio de números o quadro de pobreza do município de Melgaço-PA. Estas revelações também contribuem com a situação de Melgaço com o último lugar no ranking infeliz no IDHM do Brasil. Concernente à educação, daremos continuidade a essa questão por demonstrar o quantitativo de docentes no município. Assim, apoiados pelos dados disponíveis pelo do Atlas Brasil, a partir de informações do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)*; Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (ipea); Fundação João Pinheiro (FJP), que base nos dados do Censo Demográfico do IBGE são avaliados e categorizados sob a ótica do desenvolvimento humano resultando no *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil* e no *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal*, o IDHM. Em 2012, a parceria foi retomada para a criação do *Atlas Brasil 2013*, que trouxe informações atualizadas a partir do Censo de 2010. PNUD/IPEA/FJP (2013), por esse olhar convidamos o leitor para a verificação da educação de Melgaço. Iniciemos por saber a matrícula inicial por nível e sucessivamente.

Matrículas por nível			
Variável	Melgaço	Pará	Brasil
<b>Pré-escolar</b>	805	2.336,91	49.165,25
<b>Fundamental</b>	7.253	14.750,87	278.253,38
<b>Médio</b>	683	3.599,78	80.748,81

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2008 - 2015.

Número de matrículas, por série escolar 2008 – 2015								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Creche</b>	278	193	140	122	168	132	133	276
<b>Pré-escola</b>	790	717	638	663	699	756	784	805
<b>Ensino fundamental</b>	5889	5917	6421	6173	6638	6981	7112	7253

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2008 - 2015.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica anos finais 2007 - 2013				
	2007	2009	2011	2013
Melgaço	3,4	3,7	3,5	3,7
Meta municipal	2,7	2,8	3,1	3,5
Pará	3,1	3,4	3,5	3,4
Brasil	4	4,4	4,7	4,9

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2007 - 2013..

Quanto aos dados atuais, a partir de informações do observatório do Plano Nacional da Educação (Observatório PNE, BRASIL, 2016), tem-se os dados gerais de educação do município, se observa como Melgaço é registrado com uma disparidade percentual com relação ao Brasil, e ao estado do Pará.

#### Último valor para Crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola

Brasil 23,5 % em 2010      Pará 13,7 % em 2010      Melgaço – PA 8,4 % em 2010

#### Último valor para Crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola

Brasil 80,1 % em 2010      Pará 72,4 % em 2010      Melgaço – PA 44 % em 2010

#### Último valor para Distorção Idade-Série / Todas as Redes

Brasil 14,1% em 2014      Norte 23% em 2014      Pará 26,2% em 2014      Melgaço – PA 42,1% em 2014

Fonte: Observatório do PNE, 2016

Verificação da taxa de atendimento das crianças de 0 a 3 anos nos municípios, a partir dos dados do Censo Demográfico realizado em 2010. O indicador monitora indiretamente a meta já que considera a população de 0 a 3 anos na escola, independentemente da etapa de ensino na qual se encontra. O indicador é calculado a partir dos Resultados Gerais da Amostra disponibilizados pelo IBGE. A seguir os Indicadores da Educação Básica do município

Ano	Estabelecimentos	Matrículas	Docentes	Turmas
2007	96	6.912	206	283
2008	98	7.268	228	290
2009	74	8.174	284	349
2010	68	9.113	281	400
2011	60	8.397	322	355
2012	59	8.813	353	381
2013	57	8.895	358	388
2014	53	9.003	381	384

**Fonte:** MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Os dados acima não incluem atendimento em comunidades indígenas, quilombolas e do campo estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades. Porém essa especificidade não é nosso interesse nesse instante

### MELGAÇO, (DES)CAMINHO DA CIDADANIA?

As cidades, não são iguais e não são vividas de forma igual por todos. Para muitos ela é negada e se apresentam em fragmentos, porém a busca de melhores condições sociais, dentro destes espaços excluídos ainda se faz presente. Entretanto, no caso de Melgaço o que se percebe é que todo o seu espaço expressa exclusão, suas ruas, ou vielas empoeiradas, suas crianças soltas, na rua também são expressão da pobreza de um espaço produto da exclusão.

Melgaço, uma cidade ribeirinha amazônica, poderia bem ser mais uma, dentre os mais de cinco mil e quinhentos municípios do Brasil, porém vez ou outra se destaca, mas sempre invocada pelo lado perverso da condição de sociedade marginalizada apresentando o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e de prostituição de jovens que se manifesta às margens dos rios de Melgaço, em pequenas embarcações em busca de recursos, sejam financeiros, ou mesmo o alimento, tendo como moeda de troca seus próprios corpos, muitos deles ainda em formação.

Todavia, em meio a situação de degradação social, em que muitos vivem, sem a dignidade peculiar de humano, entende-se que há sim possibilidades de se construir uma perspectiva que promova, pelo menos, o exercício da percepção crítica dos fatos, seja na rua, na praça, no clube, na escola, etc..., Logo é necessário a presença ativa do cidadão, uma vez que na sociedade atual busca-se sempre justificativas naturalizantes para a manutenção da pobreza, conseqüentemente, do *status quo* dos poucos privilegiados:

[...] com frequência ouvimos dizer que sempre houve ricos e pobres, ou opressores e oprimidos e que por tanto isso é natural – logo imutável. Pretende-se congelar a história, a sociedade e a cultura enfim, manter o status quo. [...] Por tanto devemos Ter muito cuidado quando nos tentam convencer de que isto ou aquilo é natural pois, quase sempre, o que se está querendo exatamente escamotear é aquilo que é natureza da história, da sociedade e da cultura, isto é, a tensão e o conflito de onde o novo, o deferente, podem brotar. (GONÇALVES, 1990. p. 44).

O que é nítido na sociedade histórica é que esta se baseou na configuração de simulacros da realidade, justificando as desigualdades e sociais a partir da alienação das pessoas, as quais têm seus direitos reconhecidos universalmente, mas que não são traduzidos em possibilidades reais de alcance de tais direitos. Nesse sentido o que se percebe no Brasil como um todo e na particularidade do município de Melgaço é que pobreza e cidadania não dialogam.

Essa falta de diálogo entre cidadania e pobre gera a exclusão de diversas ordens, social, econômica, política, cultural, etc. Vemos na pobreza a grande contradição de um país que se diz democrático, pois os direitos fundamentais de um cidadão, que são pressupostos básicos para uma democracia, se esvaem em meio aos excluídos que não acessam nem o básico, nem o mínimo para uma vida digna, pois o cidadão para se efetivar como tal precisa de pressupostos políticos, sociais.

Pensamos o cidadão em sua plenitude, para tal é preciso que as pessoas consigam perceber os processos engendrados nas atitudes pessoais, resignificando as suas ações pessoais e principalmente coletivas de forma que se estabeleça a possibilidade de transcendência à reprodução das desigualdades e não encontre, nesta, verdades imutáveis e intransponíveis. Para tal faz-se necessário a emergência de novas posturas, posturas cidadãs. Porém onde moram os cidadãos e onde reina a cidadania? Que tal começarmos essa procura na escola?

Versar sobre as questões que envolvem as origens e os significados de cidadania num contexto escolar não é fácil, pois essa não é algo que se define de uma forma absoluta.

Podemos ter como a origem mais remota de cidadania a pólis grega, a qual tinha como cidadão o homem livre, sendo negados esses direitos à mulher e aos escravos. A este homem livre era dado o pleno direito de participação política da vida na pólis, sendo assim a origem da cidadania tem uma íntima ligação com a vida na cidade e esta já nasce desigual.

No decorrer da história, a cidadania vem ganhando novas conotações e significados para a sua afirmação. Um exemplo clássico repousa na ascensão de direitos humanos contidos nas lutas burguesas, quando esta ainda era revolucionária. Porém no momento que esta (a burguesia), se estabelece enquanto classe hegemônica os preceitos então defendidos vão se configurar em práticas às avessas do que se colocou inicialmente e vai-se vincular esses direitos somente àqueles que são possuidores de propriedade, daí se sucederam várias justificativas para a defesa desse tipo de cidadão como afirma Covre (1991).

Atualmente a cidadania se materializa através da tutela do Estado, sendo esse o responsável por resguardar os direitos inalienáveis do ser humano que ganhou bastante destaque a partir de 1948 quando a ONU (Organização das Nações Unidas) proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde se declara que todos nascem livres e iguais, onde devem ter direito à vida como também à liberdade em seu sentido mais abrangente como a liberdade de pensamento, opinião, expressão e as várias formas de manifestações políticas, além de direito à segurança, à justiça, à instrução, à moradia, ou seja, à viver plenamente todas as possibilidades que à vida oferece essas características são bastante explícitas em Penha (2001). Essas argumentações sobre os direitos Humanos podem ser percebidas claramente na seguinte citação:

O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, à chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna. (SANTOS, 1998. p.07).

Quem nunca ouviu falar em todos esses direitos, quem nunca ouviu os políticos mais conservadores os “defenderem”, quem não percebe o quanto esses direitos, ditos inalienáveis, são cada vez mais privilégios de poucos, que ainda sim os conseguem a partir de concessões para a manutenção de uma determinada ordem, o que gera para uma ampla maioria das populações humanas, nos mais diversos espaços geográficos, um cenário de vida aviltante e degradante. Uma das premissas para a construção da cidadania é o respeito ao indivíduo e a

ausência de respeito a condição humana é traduzida na condição não-cidadã na qual estão inscritas parcelas significativas da sociedade e que é visivelmente percebido no espaço geográfico de Melgaço.

Como se vê os direitos de ser cidadão ganham novos contornos no decorrer dos diferentes contextos históricos, mas mantendo o seu caráter excludente:

O conceito de cidadania possui laivos conservadores históricos, desde a postura grega, que preservava como cidadão somente um pequeno grupo de elite, a postura liberal, que admitia como cidadão aos que possuíam capital e poder, até a postura da cidadania consentida, tutelada pelo Estado e seus donos. (DEMO, 1988. p.70).

Cidadania não é uma dádiva de todos e nem muito menos se realiza plenamente no bojo da sociedade. As cidades, particularmente as brasileiras, têm se mostrado cada vez mais desabitadas de cidadãos e suas escolas, muitas vezes, se negam ao debate. Assim uma grande parcela de pessoas que são apenas cumpridoras, muitas vezes apenas por medo de repressão, de deveres. Essa lógica se repete no interior das escolas, que necessariamente, deveria ser o espaço de libertação, mas, não raro, afirma as opressões sociais contra os mais pobres.

Os não-cidadãos podem ser facilmente encontrados em Melgaço, sentados nas carteiras escolares. Nestes ambientes, não raro, reina o abandono e descaso das autoridades públicas, traduzidas em péssimas condições de moradias, de transporte, de atendimento médico, de escolas, de saneamento básico entre outros, ou seja, onde o ambiente se mostra mais insalubre, mesmo com a constituição brasileira no seu artigo 225 dizer que: “Todos tem direitos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida”. O que se vê em Melgaço e nas escolas é, justamente o contrário, a produção de um ambiente desequilibrado e propício a proliferação de grandes enfermidades patológicas, morais, espirituais, historicamente construídas e cotidianamente afirmadas.

Partindo do princípio de que a sociedade brasileira é caracterizada por ser uma democracia, logo as pessoas devem cumprir certos deveres, mas também podem e devem reivindicar seus direitos, os quais estão assegurados por lei, como o direito ao meio ambiente saudável, como prega o artigo acima. Neste contexto a cidadania pode ser considerada um exercício uma prática constante, a escola pode ser um palco privilegiado para esse exercício cujo objetivo seja um resgate da sensibilidade humana que foi mutilada por um sistema perverso e excludente.

Sendo assim faz necessário procurar se afirmar enquanto ser detentor de uma individualidade, mas envolto em uma condição que não é individual e sim coletiva daí deve se dar sentido a uma nova compreensão da realidade baseada na percepção das condições coletivas e das necessidades de um ato coletivo para a busca de soluções. Neste contexto o bem comum não deve sobrepor-se ao bem coletivo. Daí a necessidade da edificação dos chamados *interesses transindividuais* do qual nos fala (CARNEIRO, 1997).

A compreensão da cidadania perpassa por uma complexa teia de conflitos de interesses no bojo da sociedade. Assim uma cidadania deve ser organizada a partir da busca dos direitos coletivos os quais são de fundamental importância para se conseguir conquistas cidadãs que sejam traduzidas em melhores condições sociais e ambientais para a escola e conseqüentemente para a comunidade, ou seja, cidadão é quem participa e interage na sociedade.

Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para valer os direitos do cidadão. Neste, sentido a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor. Mas o primeiro pressuposto dessa prática é que esteja assegurado o direito de reivindicar os direitos, e que o conhecimento deste se estenda cada vez mais a toda população. (COVRE, 1991:10).

O resgate ou mesmo a construção da cidadania é condição *sine qua nom* em espaços excluídos, como os de muitas cidades amazônicas, tal qual Melgaço. Porém as reivindicações devem buscar o bem coletivo e não representar o agravo das condições dos outros. Aí deve surgir a sensibilidade de perceber que o que os uni é muito mais forte do que os separam.

Um passo fundamental, talvez imprescindível para a edificação e reivindicação diz respeito ao conhecimento dos direitos para partindo do que é assegurado reclamar o que está sendo negado. Esse reclame deve ser coletivo, organizado com responsabilidade e coerência para que se possa fazer valer os direitos, ou mesmo, incentivá-los para que estes sejam plenos e não só ficar esperando os acontecimentos.

No lado dos deveres, aparece sobre tudo o compromisso comunitário de cooperação e co-responsabilidade. Cidadania pressupõe o estado de direito, que parece pelo menos na teoria, na igualdade de todos perante a lei e no reconhecimento de que a pessoa humana e a sociedade são detentores inalienáveis de direitos e deveres. Processos participativos acentuam, é claro a cidadania organizada, ou seja, não a individual, por mais que esta também tenha a sua razão de ser. A organização traduz um aspecto importante da competência democrática, por coerência participativa, bem como por estratégias de mobilização e influência. Não interessar-se por formas de participação organizada significa já uma visão ingênua do processo social, porque, por mais crítica que seja a cidadania individual, não quer dizer que tenha relevância social, como estratégia de transformação. (DEMO, 1988:70).

Sendo assim a construção/resgate de uma cidadania que seja participativa e coletiva é imprescindível na busca de melhorias sociais, onde os interesses particulares não prevaleçam, mas sim se unam a outros em busca do bem comum.

Espaços empobrecidos habitados por não-cidadãos serão sempre excluídos, mas espaços empobrecidos habitados por cidadãos tem em si outras possibilidades de acesso aos direitos universais de que precisa o ser humano.

Certamente a escola é palco que pode e deve ser habitado por aqueles que acreditam que outra história é possível, que outras notícias sobre Melgaço podem ganhar destaque nacional, notícias positivas de ascensão do IDH, do fim da prostituição de crianças e jovens nas embarcações que passam nos rios da região, mas como espaço da emergência de novas possibilidades construídas sobre os escombros da exclusão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As discussões até aqui apresentadas podem nos indicar que o município de Melgaço como porção do espaço geográfico amazônico deve ser lido a partir da relação entre geografia, educação, como contribuição à problematização e a superação da pobreza e desigualdade social, uma vez que, o conhecimento da geografia desse espaço por meio de uma perspectiva de educação crítica permite o (re)conhecimento da realidade daquele município. Apesar da compreensão de que o índice de desenvolvimento humano do município é revelador de um (des)caminho da cidadania, pode-se observar que o fortalecimento de práticas educativas problematizadoras para a ampliação da compreensão dos significados da pobreza e de como a escola e o sistema educacional podem colaborar com a desmistificação das relações entre educação, pobreza e desigualdades sociais, questões motivadoras da pesquisa que originou este artigo.

Nesse sentido, entendemos que a Universidade por meio da pesquisa e desenvolvimento pode aproximar os diálogos e indicar caminhos, é nesse sentido que o Grupo de Estudos em Educação Ambiental/GEAM, da Universidade Federal do Pará/UFPA, vislumbrou a possibilidade de refletir nessa porção do espaço geográfico um diálogo eminentemente acadêmico com reflexões que direcionam educação e cidadania; direitos humanos; escola e espaço de reconstrução e currículo e pobreza como articulações complexas.

Em que se concebe a realização de contribuições pertinentes pelo prisma da educação, se inserindo a fazer discussões pertinentes sobre o tema da pobreza e da desigualdade social.

Dessa maneira, pensar o espaço geográfico é apontar caminhos, é instrumentalizar a sociedade, tais quais alguns membros sociais, como professores, gestores municipais, coordenadores de programas sociais e de assistências à população pobre.

## REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

ARROYO, Miguel G.. **Pobreza, desigualdades e educação**. Módulo Introdutório do Curso Educação pobreza e Desigualdade Social-EPDS. (s/d). No âmbito da Coordenação Nacional da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social SECADI/MEC / Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC Núcleo Multiprojetos de Tecnologia Educacional – NUTE. Ministrado pelo ICED/GEAM/UFPA, 2015.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento escalas entre o local e o global**. 2ª ed. – Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2012. 238 p.

BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no , 2013. no ranking IDHM - Municípios 2010. Disponível: em, <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/mapa/>, acesso em 02 nov. 2016.

CASTRO, Josué, 1908-1973. **Geografia da fome: o dilema brasileiro : pão ou aço**. / Josué de Castro. — Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

fonte <http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/2733>

FRAXE, T. J. P; Witkoski, A. C; MIGUEZ, S. F. **O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade**. In: Cienc. Cult. vol.61 no.3 São Paulo 2009.

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150450&search=pbara|melgaco>

<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v61n3/a12v61n3.pdf>. Acesso, em 01/11/2016.

<http://portal.mec.gov.br/index.php>

<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/2-ensino-fundamental/indicadores#porcentagem-de-criancas-de-6-a-14-anos-matriculadas-no-ensino-fundamental>

<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/2-ensino-fundamental/dossie-localidades>

IDEB - <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/planalhas-para-download>

<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=2451365>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2016 IBGE – disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/educacao.php?lang=&codmun=150450&search=para|melgaco|info%El%eficos:-escolas-docentes-e-matr%EDculas-por-n%EDvel>

PNUD. Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Melgaço. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br> Acesso em 06 de nov. de 2016.

PORTINARI, Cândido. **Retirantes**. 1944. 1 pintura, óleo sobre tela. (Série Retirantes). Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/2733>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELGAÇO. <http://www.melgaco.pa.gov.br/o-municipio/historia/>

RIBEIRO, M, S; LIMA, R. S. Riqueza e pobreza como contraste e produto de “desenvolvimento” na Amazônia paraense. In: **Produção do Espaço e Territorialidade na Amazônia Paraense: Elementos para a análise geográfica** / Christian Nunes da Silva ... [ET AL.] organizadores. – 1ª ed. – Belém: GAPTA/UFPA, 2016.

RIBEIRO, Mílvio da Silva, 1974 - **Governança para o desenvolvimento territorial: da concepção à ação – o caso do Programa Pará Rural** / dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em geografia, Belém, 2015. 161 p.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4<sup>a</sup> ed. 5. Reimp. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2009.

**SITES ACESSADOS**

*Recebido em 10 de janeiro de 2017*

*Aceito em 14 de fevereiro de 2017*